

# Veredas para uma Epistemologia Histórica em Ciências Sociais Aplicadas

## Paths Towards a Historical Epistemology in Applied Social Sciences

### Veredas para una Epistemología Histórica en Ciencias Sociales Aplicadas

**Dra. Liliane da Costa Freitag**

Doutora em História pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho UNESP, Campus de Franca

Professora Associada na Universidade Estadual do Paraná.

Unespar Campus Paranaguá

Coordenadora do Laboratório de Estudos Litorâneos/ LELI

Coordenadora do Centro de Documentação Histórica do Litoral do Paraná Cdoc. H

[lilianefreitag@unespar.edu.br](mailto:lilianefreitag@unespar.edu.br)

Convidada para escrever esse editorial em tom de conversa com futuros pesquisadores da área de Ciências Contábeis interessados em desenvolver pesquisas historiográficas, desenvolvi um texto bastante professoral, penso que será orientativo para os ingressantes nessa abordagem de investigação.

Em 1965 chegava ao Brasil, a Conferência de abertura da cadeira de História da Civilização Moderna do *Collège de France* proferida por Fernand Braudel em 1950.<sup>1</sup> As palavras de Braudel, traziam uma importante constatação: “A História é filha do seu tempo”. Mais adiante, ele alertava: “A ciência sob a qual, profanos, nós nos apoiamos mesmo sem o saber, antes a qual nos apoiávamos, a ciência, esse refúgio e essa nova razão de vier no século XIX, transformou-se [...] (Braudel, 1965, p. 5).

Logo em seguida Braudel nos explica: “A ciência, sob a qual profanos, nós nos apoiamos, mesmo sem o saber, a ciência, esse refúgio de certezas no século XIX, transformou-se de um dia para outro”. Braudel falava dos avanços da ciência, mas também das instabilidades de nossas verdades nascidas no bojo do movimento de construção epistemológica iniciado no século XX (Braudel, 1965, p. 5). Em uma primeira mirada, Fernand Braudel aparenta restringir-se as inquietações do campo intelectual francês, em particular do campo dos historiadores, contudo a leitura atenta revela inquietudes mais amplas que ressaltam uma verdadeira fratura epistemológica se compararmos ao projeto intelectual do século XIX, época do triunfo da ciência, da sacralização da neutralidade e das aspirações por verdades neutras.

---

<sup>1</sup> A aula inaugural de Fernand Braudel referente a cadeira de História da Civilização Moderna foi proferida em 1º de dezembro de 1950. Chegou ao Brasil por meio da Revista de História, dezesseis anos depois, e ainda hoje, sela importantes aspectos do projeto historiográfico da chamada Nova História, que se edificou no final dos anos 1920 em torno de periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, cujos pressupostos iniciais se destacaram por incorporar métodos das ciências sociais à história mas também em ampliar a noção de documento, não mais como um reflexo do real, mas sim como produto de uma operação historiográfica.

A disposição de Braudel reafirma, portanto que o século XX havia, de fato renunciado ao 'método positivo' e já focava olhares para as subjetividades para os sentidos das ações e seus significados. Por um lado, essa fala chama a atenção para o vigor, mas também para as incertezas inerentes ao novo projeto intelectual que se esboçava. Nossos métodos, programas, respostas e conceitos também haviam desmoronado e, como cientistas, éramos também, fonte de erro e portanto, "filhos de nosso tempo". Naquele momento a tarefa desafiadora consistia em ultrapassar as margens da história e se expandir, para estabelecer diálogos com as ciências sociais buscando os significados da vida coletiva, da economia, das instituições, enfim, das arquiteturas sociais.

Mais a diante, Roger Chartier no editorial da primavera de 1989 da Revista dos *Annales*, constatava o abandono das meta-narrativas de interpretação social tais como: o estruturalismo e marxismo, as proclamadas ideologias que lhe haviam garantido o sucesso.

Tanto tempo depois, as palavras de Braudel e Chartier, ainda fazem sentido. Independente dos avanços epistemológicos e da construção de métodos próprios, a história, as ciências sociais e em especial as ciências sociais aplicadas são chamadas constantemente para revisar suas abordagens. De fato, independente do alargamento de nossas técnicas, da multiplicação de nossos campos de pesquisa, dos encontros epistemológicos entre história e as demais ciências, - fato que expõe a vitalidade de nossos saberes, - todas as ciências sociais necessitam olhar para si mesmas e, - de forma crítica, - repensar seu viés pragmático. É necessário rejeitar explicações unilaterais para não sermos esmagados em nossos próprios projetos de ciência.

Na prática, vale recuperar Braudel e estender esse desafio. Será que as divisórias que criamos não se tornaram verdadeiras fortalezas intransponíveis que dificultam olharmos além de nosso jardim? Proponho que ciências sociais aplicadas e a história, saiam de suas fronteiras e procurem traçar linhas coletivas para temas que permitam a convergências entre nossos saberes, sem que cada campo perca suas especificidades. São das nossas incertezas epistemológicas e nossas inquietudes científicas que forjamos nossos objetos de análise.

Vale então a atitude de recuperar o lugar da hermenêutica no processo de construção epistemológica.<sup>2</sup> Weber, por exemplo, que a despeito de contemplar a busca de leis para a compreensão das condutas humanas, entendia que as ações só poderiam ser entendidas a partir de seus significados. Na mesma direção Pierre Bourdieu propôs analisar o desvelamento da articulação social. "O método que adota se presta à análise dos mecanismos de dominação, da produção de ideias, da gênese das condutas. (Thiry – Cherques, 2006 p. 28). Enfim, as discussões sobre a natureza do conhecimento e o ofício do pesquisador social, são práticas historicamente forjadas sobretudo desde o século XIX, e adquirem força no início do século XX. Ainda hoje somos chamados a reformular

---

<sup>2</sup> A hermenêutica já no século XIX fincava suas técnicas para refletir sobre a interferência da subjetividade na produção do conhecimento e a respeito do impacto do tempo nas manifestações da vida em sociedade.

objetos, referências e princípios de inteligibilidade de nossas práticas como pesquisadores (Chartier, 2002, p. 64).

### **Em torno da busca por pontes na construção de sentidos**

O entrecruzamento teórico e metodológico sugerido por Fernand Braudel - ainda que timidamente, experencia um esforço metodológico o qual, ainda que guardião da validação dos dados, avança para produzir uma leitura do mundo que deixa de lado a mera relação entre teste empírico de hipóteses e procedimentos de análise, onde o primeiro se sobrepõe ao segundo.<sup>3</sup>

Portanto, para além das recomendações de Fernand Braudel e Roger Chartier, cabe a nós pesquisadores refletir sobre a importância superar o que muitos consideram uma guerra metodológica como uma saída para o avanço da própria ciência. Penso que um projeto de construção de pontes e derrubada de muralhas entre a história e as demais ciências e sobretudo entre história e as ciências sociais aplicadas precisa ser edificado a partir do ponto de vista de crítico e interpretativo.

Dito isso, recomendo que devemos considerar que todo empreendimento científico está submetido a critérios subjetivos. Ou seja, nossos processos de criação são gerados por nossas escolhas e, portanto, são os elementos subjetivos que envolvem nossas pesquisas para o qual não há validação objetiva possível.<sup>4</sup>

Le Goff (2003, p. 19), fundamentado em Michel de Certeau, observa que “Há uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma práxis social”. E, estudando o filósofo Paul Ricoeur, o qual observa um paradoxo no fundamento epistemológico da História, desdobrando-a em um modelo de acontecimentos e em outro modelo estrutural, concorda que “[...] é sempre na fronteira

---

<sup>3</sup> Ignacio Cano (2012) chama atenção para a falaciosa oposição entre métodos qualitativos e quantitativos nas ciências sociais. Não raro, técnicas de pesquisa são apresentadas em oposição e até mesmo em disputa aberta. As denominações método quantitativo e método qualitativo não são meras categorizações, mas sim estratégias legítimas de pesquisa. Contudo é comum a opção por apenas uma delas, reforçando assim, entre os dois extremos do abismo metodológico. A triangulação nas ciências sociais, são raras: um antropólogo que ensina o uso de *surveys* para estudar relações simbólicas de parentesco, um historiador que lança mão de mapeamento quantitativo de dados, ou um economista, administradores ou matemáticos que se apropriam de fontes, metodologias, conceitos ou até mesmo noções filosóficas oriundas das ciências sociais ou da história, são não raras as vezes, vistos com desconfiança. Apesar de Bourdieu (1989) nos ensinar que a ciência é um campo de lutas e disputas por verdades, creio que podemos lançar luz para a inadequação de colocarmos em disputa essas diferentes estratégias de pesquisa.

<sup>4</sup> Recomendo a leitura de Barros e Carneiro (2017), autores que evidenciaram um movimento crescente de pesquisas que se propuseram lançar mão de um enredo metodológico que dialogasse com a história e as noções de documento, memória, bem como a metodologia da história oral e a pesquisa documental sobre organizações na área de Ciências Sociais Aplicadas. Eles trouxeram um breve levantamento no âmbito do que chamaram de chamada virada histórica nas pesquisas em organizações na área de Ciências Sociais Aplicadas.

[https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/134408/146270#content/contributor\\_reference\\_2](https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/134408/146270#content/contributor_reference_2)

da história, no fim da história que se compreendem os traços mais gerais da historicidade” (Le Goff, 2003, p. 20)

Isso ocorre porque “toda a pesquisa [...] se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”. É, portanto, em decorrência “deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (Certeau, 1982, p. 66).

Assim, quero delinear a partir daqui uma proposta para que as ciências sociais aplicadas façam uma reflexão partindo do pressuposto de que em seu universo de pesquisa também se produz um saber histórico. Devemos considerar, para tanto, os elementos subjetivos que envolvem nossas pesquisas. Esses elementos são invisíveis no produto da pesquisa, no entanto, desempenham um papel determinante em seus rumos, bem como de qualquer produção intelectual. Para Michel de Certeau toda interpretação depende de um sistema de referência próprio do “lugar social” que o influencia. Esse sistema é uma verdadeira filosofia implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à “subjetividade” do autor. (Certeau, 1982, p. 67).

É certo que isso passa desde a escolha do tema, da metodologia adotada, bem como dos recursos que serão utilizados. Ou seja, o lugar social do pesquisador estabelece o método, “separa”, “analisa”, utiliza fontes e, por fim, realiza a escrita de um texto, - o produto do nosso ofício. A noção de ‘lugar social’ é importantíssima pelo fato de que Certeau, ao falar da relação entre o lugar e suas produções, mostra “uma correlação onde um elemento interfere no outro e vice-versa.

Com isso defendo que toda prática de pesquisa pode e deve ser uma “prática historiográfica”. É um trabalho sobre fontes, materiais que tem uma história que é a história de sua própria criação. Os dados não nascem a priori da vontade do pesquisador. Eles são em última instância produtos de nossa própria fabricação. Ao coletarmos nossos dados, empreendemos uma manipulação, fabricamos nossas verdades que, como as outras, obedecem às regras”. Isso ocorre porque “tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira.

Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. (Certeau, 2002, p.79). Na prática, produzimos um texto carregado de inteligibilidade subjetiva. A pesquisa deve, portanto, ser entendida no sentido amplo de uma organização de significantes e a sua construção jamais deve ser objetivada como nosso porto seguro, mas sim, percebida como uma “passagem estranha” que conduz da prática ao texto. Seria incoerente, portanto, pensar numa escrita sem pesquisa e fontes, sem ser propriamente histórica por exemplo.

Mas o que é uma pesquisa histórica? É possível lançar mão dessa abordagem em na área das ciências sociais aplicadas? Certamente que sim. Em primeiro lugar toda prática de pesquisa é uma prática histórica pois tem uma história. Por um lado, existe a

história do próprio pesquisador, sua trajetória e suas escolhas e por outro, existe ainda a historicidade do objeto pesquisado. Isso de fato deve ser considerado pois se referem as subjetividades impressas em cada prática operada por nós.

A narratividade da escrita é também uma ferramenta literária acompanhada da prova documental, ou seja, da pesquisa. O aspecto discursivo da narração também desempenha o importante papel de significação e organização lógica do que se pretende explicar. Portanto, as verdades que produzimos, ainda que sustentados na dicotomia *quanti x quali* nas ciências sociais aplicadas encontram sempre seus fundamentos em fontes de natureza histórica, e, portanto, produzem um saber eminente histórico visto que a nossa *práxis* é sempre mediada pelo conjunto das histórias que acabo de destacar.

Isso assegura que nossas escolhas, mas que também os dados, que sustentam nossas análises são de natureza subjetiva. Da mesma forma as fontes que produzimos (que podem ser os nossos instrumentos de coleta de dados, por exemplo) e os dados que dispomos não falam por si, antes que sejam indagados pelo pesquisador.

Por isso é importante termos em vista não só a indissociabilidade entre pesquisador e a trama social em que seu objeto é construído, mas também o fato de que o objeto só existe pela vontade do pesquisador. É nessa hora que a dicotomia quantitativo e qualitativo são postas à prova. Nesse caso, não só a pesquisa histórica deixa de ser uma reunião de fatos através de documentos purificados, mas as ciências sociais aplicadas também podem deixar de lado o objetivismo que em vias de regra é entendido como uma organização racional, metódica, objetiva e verificável, cujos documentos são seu porto seguro.

Muito embora a palavra documento esteja atrelada a todo registro escrito e oficial como significado de prova, - herança que se apoiaram os historiadores no século XIX. Ao pesquisador cabia, portanto, a coleta, o agrupamento e a leitura de evidências sem questionamento, reflexão, indagações sobre a própria prática da pesquisa. Segundo essa corrente teórica, o documento, suposta prova concreta e verídica de um passado imutável não precisava ser interpretada.

### **Entre Documentos /Monumentos**

Se acompanharmos o movimento da história da ciência percebemos que essa visão mudou. Os documentos são o produto de um duplo trabalho: de um lado, da sociedade e ou de um grupo que o forjou, de outro, produto de uma vontade: a do pesquisador. (Le Goff, 2003)<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Este novo olhar sobre as fontes tem como marco o final dos anos 1920 com a criação da Revista francesa Anais de História Econômica e Social, - ou Annales, como são conhecidos no Brasil. Os estudos em torno do periódico impulsionaram a crítica à antiga noção de documento, como depósito de verdade. Influenciados por Karl Marx, - que já no século XIX, - entendia que o historiador estava ligado à sua classe social, e portanto não poderia ser imparcial, levaram essa premissa a diante mudando o conceito de documento. Essa renovação historiográfica levou Le Goff (2003) a forjar o termo documento/ monumento tendo como ponto de partida as bases teorizadas por Michel Foucault. Esse último provocou os historiadores a fazer história

Assim como Michel Foucault, Jacques Le Goff permitiu-nos pensar que a história é capaz de transformar os documentos em monumentos. Le Goff expõe a necessidade de perceber o documento como uma construção, como um “produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham poder”, sendo então necessário perceber, não apenas como um documento, mas sim como um monumento (Le Goff, 2003. p. 536).

Nesse sentido, todo documento é somente uma versão de determinado fato ou momento e um bom trabalho com o documento, só ocorre à medida que conhecemos as condições sociais de sua produção. Essa questão não se reduz ao contexto no qual ele foi produzido, mas sim requer historicizar autoria, datação, intensões, aspirações e visão de mundo de seu autor.

Essa nova abordagem para os documentos históricos parte do princípio de que as fontes são vestígios de passado, tem uma história, mas só adquirem sentidos mediados por procedimentos de análise que se assentam em subjetividades.

Essa noção lança novos olhares para a compreensão de processos organizacionais. É possível narrar a história das organizações, das instituições contábeis, da história dos negócios, das inovações, das unidades de produção, das gestões de patrimônio, das ações e organizações industriais, comerciais e financeiras, micro média e macro, entre outros

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si própria. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos monumentos. (Le Goff, 2003, p. 548).

Foucault e Jacques Le Goff refletiram sobre uma nova forma de fazer história, que foi parte do movimento chamado de “revolução documental”. O documento passa assim a ser construído pelo historiador a partir de uma conjunção de fatores presentes e passados, ou seja, permeados por subjetividades.

Ainda que tais subjetividades tenham sido comumente atribuídas a chamada revolução historiográfica dos Annales, no século XIX já se formulava um novo paradigma, aplicável no campo da historiografia (mas não exclusivamente), que mais tarde no século XX permitiu a análise de sujeitos ‘sem história’, anônimos, escondidos entre as fontes arquivadas. A composição de personagens humanos, foi constituído

---

como ‘uma arqueologia do saber’, cujo método não linear e descontínuo provocava o historiador cavar as verdades para além da superfície do solo.

Prospectus – Perspectivas Qualitativas em Contabilidade e Organizações. João Pessoa. v. 2, n. 2, p. 5 – 13, dez/2022.

pouco-a-pouco em meio às contribuições de diversas áreas para compor o método, chamado por Ginzburg como paradigma indiciário.<sup>6</sup>

Este novo paradigma foi constituído a partir do método desenvolvido pelo crítico de arte italiano Giovanni Morelli. Por meio do método indiciário, Morelli catalogou e classificou obras em diversos museus, por meio de análises minuciosas, focando nos “pormenores mais negligenciáveis” (Ginzburg, 1989, p.144), que segundo Morelli, eram possíveis meios de identificar os artistas que conceberam à obra. O paradigma indiciário é galgado basicamente na experiência e na observação. Como sabemos, este também é um paradigma semiótico, voltado para o estudo e análise dos sinais, das linguagens, uma ampliação da ciência dos signos.

O indiciarismo, se usado de forma adequada, é uma importante porta de acesso para que, a partir da leitura de fontes, possamos encontrar sinais, minúcias, negligenciadas que permitem acessar a historicidade do objeto pesquisado. Mas, uma discussão dessa envergadura ainda merece ser feita para que possamos mensurar sua inserção no âmbito das ciências sociais aplicadas.

Dessa forma voltamos as subjetivações de nossas pesquisas reiterando que documentos não são objetos históricos neutros que produzem um reflexo do real, mas ainda assim, reproduzem suas verdades, são somente indícios de possibilidades na construção de nossas verdades.

### **Documentos para Pesquisa Histórica e Historiográfica em Ciências Sociais Aplicadas.**

Muitas fontes de organizações empresariais públicas e privadas, carecem de uma política de preservação. Somente as fontes oficiais são preservadas em arquivos e centros de documentação. Em geral as empresas e organizações de forma costumeira destroem seus documentos considerados antigos, tidos como ‘velhos’. De forma geral aquelas que preservam, carecem de tratamento ou critérios de classificação. Aquelas que possuem acervos, não raras vezes tendem a dificultar o acesso. Tais arquivos podem proporcionar infinitas informações quer sejam sobre: unidade de produção; a formação das organizações, conselhos e direções; serviços financeiros; correspondências; contabilidade; jurisprudência; ou ainda manuscritos diversos, tais como: atas; fichas de operários; relatórios; diários; folhas de pagamento; relatórios anuais; planos de aplicação financeira e de gestão; assembleias de acionistas; quer sejam demais fontes que permitem acessar lucros; rendimentos; produção; e inclusive sobre as tecnologias usadas pela organização. Essas fontes requerem uma visão sistêmica de mercado, produção, investimentos, dentre outros.

No que diz respeito a empresas públicas, essas mesmas séries documentais nas quais o serviço público tem seu monopólio, exigem do pesquisador um olhar sobre o

---

<sup>6</sup> De modo que o próprio nome já permite certa inferência, este paradigma se baseia em indícios, em sinais, pistas, os pequenos detalhes, nos quais se permite reconstruir um todo: uma personalidade, uma individualidade, uma realidade. Dentro de um contexto globalizante propõe reconstruir um contexto histórico particular.

Estado e a sociedade, incluindo legislações e portanto, um olhar para a governança pública. O rol de possibilidades se expande se levarmos em conta que as empresas patrimoniais possuem uma especial importância.

Contudo, a pesquisa histórica em empresas no Brasil no século XIX, pode ser acessada por meio do estudo dos periódicos que são ricos materiais para a compreensão histórica. Muitos jornais do século XIX, sobretudo aqueles das cidades portuárias, trazem informações sobre a movimentação dos portos, cujos dados econômicos são fartos, sobre a contabilidade dos escravizados, dentre outros temas economicamente e patrimonialmente relevantes para a época, que necessariamente eram registrados contabilmente. Por sua vez, os relatórios de exposições provinciais, relatórios de presidentes de província, censos e estatísticas fornecem uma visão indispensável para o conjunto da produção no chamado período pré-industrial no Brasil.

Há ainda os periódicos, cuja metodologia própria, permite acessar a dados econômicos importantes para as ciências sociais aplicadas. Independente da metodologia de abordagem, as fontes orais também são as fontes riquíssimas. Através dessas fontes podem-se acessar práticas empresariais, as memórias, lógicas de cada organização, seus arranjos, tensões, disputas e conflitos quer seja através do olhar do gestor ou dos trabalhadores.

As fotografias permitem reconstruir aspectos correlatos a expansão da empresa, aspectos de seu processo produtivo, e da sua administração interna. Obviamente, para cada rol documental existirá uma metodologia própria que permite tecer o enredo do problema de pesquisa. De um modo geral, podemos citar ainda as fontes privadas, são de imensa riqueza. A trajetória singular de organizações, e sua correlação com a dinâmica sociocultural de uma cidade em particular pode levar a importantes constatações acerca das transformações no setor empresarial em geral.

Fato é que toda pesquisa em ciências sociais aplicadas que se propõe ir na direção de uma abordagem histórica necessita de fato, enfrentar um diálogo teórico e metodológico com suas fontes. O resultado dessa produção refletirá diretamente em um grande avanço epistemológico para a ciência. Por fim, quero encerrar o texto com um convite, como um chamado em direção a um projeto intelectual cuja base venha a ser a derrubada de muros que construímos em torno de nossos saberes.

## Referências

Bloch, M. (2002). **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Braudel, F. (1990). **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença.

\_\_\_\_\_ (1965). Lição inaugural da Cadeira de História da Civilização Moderna no colégio de França pronunciada no dia 1º de dezembro de 1950. REVISTA DE HISTÓRIA – n. 63 julho-setembro 1965, Vol. XXXI Ano XVI, p. 4 - 22.

Cano, I. (2012). **Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil**. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, no 31, set./dez., p. 94-119.

Chartier, R. (1991). **O mundo como representação**. Estudos Avançados, 5 (11) Abr.

Certeau, M. (2002). **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense.

Ginzburg, C. (1989). "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras.

Le Goff, J. (2003). **História e memória**: Editora da Unicamp, Campinas.